



1.000

QUESTÕES PARA O

ALE-GO


POLICIAL LEGISLATIVO

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	11
→ ACENTUAÇÃO.....	11
→ ARTIGO	13
→ SUBSTANTIVO	14
→ ADJETIVO	15
→ CORRELAÇÃO VERBAL.....	17
→ LOCUÇÃO VERBAL.....	19
→ PRONOMES DE TRATAMENTO.....	19
→ PRONOMES POSSESSIVOS.....	20
→ PRONOMES INDEFINIDOS.....	20
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS.....	21
→ ADVÉRBIO	22
→ NUMERAL.....	23
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO.....	24
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	25
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	27
→ CRASE.....	30
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	32
→ VARIAÇÕES DA LINGUAGEM: NÃO VERBAL, REGIONAL, HISTÓRICA, CONTEXTUAL. NEOLOGISMOS E ESTRANGEIRISMOS	35
→ FUNÇÕES DA LINGUAGEM (EMOTIVA, APELATIVA, POÉTICA, DENOTATIVA, ETC).....	36
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	39
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	42
→ GABARITO 	43
 RACIOCÍNIO LÓGICO	 47
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	47
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	52
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	61
→ GABARITO 	62

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DE GOIÁS65

→ GEOGRAFIA DE GOIÁS 65

→ GABARITO  68

NOÇÕES DE INFORMÁTICA..... 69

→ ARQUIVOLOGIA - CONCEITOS E TÉCNICAS DE MICROFILMAGEM 69

→ INFORMÁTICA - WINDOWS 10 69

→ WINDOWS 11..... 72

→ **WORD 2019**.....74

→ **EXCEL 2019**76

→ MOZILLA FIREFOX..... 78

→ GOOGLE CHROME 78

→ MICROSOFT EDGE..... 79

→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.)..... 80

→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.)..... 82

→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.)..... 83

→ CRIPTOGRAFIA, ASSINATURA E CERTIFICADO DIGITAL 84

→ EXTENSÃO DE ARQUIVOS 84


→ ADOBE PDF 86

→ TI - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - AUTENTICAÇÃO POR TOKEN 86

→ SINGLE SIGN-ON (SSO) 86


→ BIOMETRIA..... 86

→ SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TRANSFERÊNCIA SEGURA DE ARQUIVOS (SFTP, FTPS E SCP)..... 86

→ GABARITO  87

LEGISLAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS..... 89

→ SEGURANÇA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO POLICIAL - LEI Nº 13.675/2018 - SUSP E PNSPDS..... 89

→ GABARITO  90

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL..... 91

→ DIREITO CONSTITUCIONAL: CONCEITO E FONTES. ESTADO, POVO, TERRITÓRIO, ETC. 91

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)..... 91

→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)..... 92


→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988) 93

→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988)..... 94

→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS) 94

→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS 96


→ PERDA DA NACIONALIDADE 96

→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	97
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	98
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	99
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	100
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988)	101
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	102
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	104
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	104
→ DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (ARTS. 32 E 33 DA CF/1988)	106
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	106
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	107
→ DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988)	108
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 48 A 50 DA CF/1988)	109
→ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ART. 51 DA CF/1988).....	110
→ DO SENADO FEDERAL (ART. 52 DA CF/1988).....	110
→ DOS DEPUTADOS E SENADORES (ARTS. 53 A 56 DA CF/1988).....	111
→ DAS REUNIÕES (ART. 57 DA CF/1988).....	112
→ DAS COMISSÕES PARLAMENTARES - PERMANENTES E TEMPORÁRIAS (ART. 58 DA CF/1988).....	112
→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988)	114
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	114
→ DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 85 E 86 DA CF/1988).....	115
→ DOS MINISTROS DE ESTADO (ARTS. 87 E 88 DA CF/1988)	116
→ DO CONSELHO DA REPÚBLICA E CONSELHO DA DEFESA NACIONAL (ARTS. 89 A 91 DA CF/1988)	116
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....	117
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988)	119
→ DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS (ARTS. 106 A 110 DA CF/1988).....	120
→ DOS TRIBUNAIS E JUÍZES DO TRABALHO (ARTS. 111 A 117 DA CF/1988).....	121
→ DOS TRIBUNAIS E JUÍZES DOS ESTADOS (ARTS. 125 E 126 DA CF/1988).....	122
→ GABARITO 	123


NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO125

→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	125
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	125
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	125
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	126
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	126
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	127
→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO	127
→ PODER REGULAMENTAR.....	127

→ PODER HIERÁRQUICO	128
→ PODER DISCIPLINAR	128
→ PODER DE POLÍCIA	129
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	129
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	130
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	130
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	130
→ CONCEITO PARA AGENTES PÚBLICOS	131
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	132
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	133
→ CRIAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS	133
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	133
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	134
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429/1992).....	134
→ DA DECLARAÇÃO DE BENS (ART. 13 DA LEI Nº 8.429/1992)	135
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	135
→ DAS DISPOSIÇÕES PENAIAS (ARTS. 19 A 22 DA LEI Nº 8.429/1992)	135
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 23 A 23-C DA LEI Nº 8.429/1992)	136
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....	136
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....	137
→ DISPOSIÇÕES SETORIAIS, COMPRAS, SERVIÇOS (ARTS. 40 A 52 DA LEI Nº 14.133/2021)	138
→ DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO (ARTS. 53 A 54 DA LEI Nº 14.133/2021).....	139
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	139
→ ALIENAÇÕES (ARTS. 76 E 77 DA LEI Nº 14.133/2021)	140
→ CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021)	141
→ GARANTIAS (ARTS. 96 A 102 DA LEI Nº 14.133/2021).....	142
→ PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 104 DA LEI Nº 14.133/2021).....	143
→ EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 115 A ART. 123 DA LEI Nº 14.133/2021)	144
→ ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (ART. 124 A 136 DA LEI Nº 14.133/2021).....	144
→ HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 137 A 139 DA LEI Nº 14.133/2021)	145
→ RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO (ART. 140 DA LEI Nº 14.133/2021)	146
→ PAGAMENTOS (ARTS. 141 A 146 DA LEI Nº 14.133/2021)	146
→ NULIDADE DOS CONTRATOS (ARTS. 147 A 150 DA LEI Nº 14.133/2021).....	147
→ MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS (ARTS. 151 A 154 DA LEI Nº 14.133/2021).....	148
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011)	148
→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)	148
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011).....	149
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)	149
→ DAS RESPONSABILIDADES (ARTS. 32 A 34 DA LEI Nº 12.527/2011)	150

→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	150
→ DOS REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 7º A 10 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	151
→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS (ARTS. 11 A 13 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	152
→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES (ART. 14 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	153
→ DO TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS (ARTS. 15 A 16 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	154
→ DOS DIREITOS DO TITULAR (ARTS. 17 A 22 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	155
→ DAS REGRAS PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 23 A 30 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	155
→ DO CONTROLADOR E DO OPERADOR (ARTS. 37 A 40 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	156
→ DO ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ART. 41 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	157
→ DA RESPONSABILIDADE E DO RESSARCIMENTO DE DANOS (ARTS. 42 A 45 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	158
→ DA RESPONSABILIDADE E DO RESSARCIMENTO DE DANOS (ARTS. 42 A 45 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	158
→ DA SEGURANÇA E DO SIGILO DE DADOS (ARTS. 46 A 49 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	158
→ DAS BOAS PRÁTICAS E DA GOVERNANÇA (ARTS. 50 A 51 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD)	159
→ DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 52 A 54 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	159
→ DA ANPD (ARTS. 55-A A 55-M DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD)	160
→ DO CNPD (ARTS. 58-A A 58-B DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	161
→ DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (ARTS. 60 A 65 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD)	162
→ GABARITO 	162

CONHECIMENTOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO.....165

→ SEGURANÇA CORPORATIVA ESTRATÉGICA.....	165
→ CONCEITO, PRINCÍPIOS, NÍVEIS, METODOLOGIA, MODULARIDADE E FASES DO PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA.....	165
→ EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (ALARMES, PORTAS, ETC.).....	166
→ TRANSPORTE DE DIGNITÁRIOS	166
→ TÉCNICAS, TÁTICAS E OPERACIONALIZAÇÃO, OBJETO E MODUS OPERANDI (DIGNITÁRIOS).....	166
→ ANÁLISE DE RISCOS (DIGNITÁRIOS).....	167
→ COMBATE A INCÊNDIO.....	167
→ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL.....	169
→ DIREÇÃO DEFENSIVA	169
→ PRIMEIROS SOCORROS	170
→ GABARITO 	175

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

→ DIREITO CONSTITUCIONAL: CONCEITO E FONTES. ESTADO, POVO, TERRITÓRIO, ETC.

1. (FGV – 2024) Direito e jurídico não são equivalentes. O direito que se torna lei é o direito positivado. Mas o direito é mais amplo do que as leis. Ele é produto de necessidades humanas, que se constituem nas relações sociais concretas, que são dialéticas e contraditórias. Portanto, as formas de posituação do direito na lei dependem:

- a) dos interesses em disputa, das correlações de forças, dos níveis de organização e mobilização das classes e segmentos de classes sociais;
- b) da sociabilidade burguesa positivando a realidade concreta sobrepondo-se às mediações necessárias;
- c) da compreensão de que é o lócus de resolução dos conflitos pela impositividade do Estado;
- d) das mobilizações sociais quando se faz necessária a manutenção da ordem social;
- e) da necessidade de disciplinamento ou normalização de condutas sociais em defesa do espaço coletivo.

2. (FGV – 2022) Acerca das normas jurídicas, avalie as afirmativas a seguir.

I. No Estado de Direito, as normas jurídicas cumprem a tarefa de concretizar a Constituição.

II. As normas jurídicas devem criar os fundamentos de justiça e de segurança que assegurem um desenvolvimento social harmônico em um contexto de paz e de liberdade.

III. Os complexos objetivos da norma jurídica são expressos nas funções de integração, de planificação, de proteção, de regulação e de inovação.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

3. (FGV – 2018) O conceito de Estado está diretamente relacionado aos elementos indispensáveis à sua formação.

Assinale a opção que os indica.

- a) Povo, governo soberano e território.
- b) Clero, nobreza e povo.
- c) Classes sociais, classes econômicas e classes territoriais.
- d) Cultura, população e organização.
- e) Povo, localidade e hierarquia.

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)

4. (FGV – 2025) A República Federativa do Brasil tem as suas relações internacionais regidas por princípios listados na Constituição Federal.

Entre esses princípios se encontra:

- a) A concessão de asilo político.
- b) O repúdio à misoginia.
- c) O combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas.
- d) A preservação das fronteiras nacionais.
- e) A defesa do livre comércio.

5. (FGV – 2024) François, gestor de um Fundo de Ações de origem francesa, pretendia investir parcela do seu portfólio no Brasil. Para tanto, o empresário determinou que a sua equipe lhe apresentasse um estudo sobre o país, abordando as principais normas consagradas na Carta da República. Buscava-se, assim, definir, com base em todas as informações disponíveis ao público em geral, a quantia que seria alocada em território pátrio, protegendo e, ao mesmo tempo, potencializando os ganhos dos investidores.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento

- a) a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação.
- b) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- d) o pluralismo político.
- e) a defesa da paz.

6. (FGV – 2024) João, Deputado Federal, observou que o menor desenvolvimento de certas regiões do país contribuía para o aumento da pobreza nesses locais, daí decorrendo grandes diferenças em relação à qualidade de vida dos habitantes de outras regiões. Por tal razão, almeja apresentar uma proposição legislativa com o objetivo de alterar esse quadro.

Ao consultar sua assessoria a respeito da compatibilidade desse objetivo com os princípios fundamentais da Constituição da República, foi corretamente informado a João que

- a) as desigualdades sociais devem ser afastadas a partir do fortalecimento unitário e uniforme da federação, o que impede que João realize os seus objetivos.
- b) as opções políticas das maiorias ocasionais não são limitadas pela ordem constitucional, o que ampara o objetivo almejado por João.

- c) as iniciativas legislativas devem ser direcionadas ao desenvolvimento nacional, o que afasta a possibilidade alvitada por João.
- d) o objetivo fundamental de reduzir as desigualdades regionais ampara o objetivo almejado por João.
- e) o paradigma de igualdade entre pessoas e instituições obsta o fim alvitado por João.

7. (FGV – 2024) De acordo com o artigo 4º da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil deve observar alguns princípios nas suas relações internacionais.

Nesse sentido, analise os itens a seguir:

- I. Dependência internacional;
- II. Prevalência dos direitos humanos;
- III. Defesa da paz, exceto nas situações de guerra;
- IV. Repúdio ao racismo.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e IV, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

8. (FGV – 2023) Em uma gincana jurídica, os grupos Alfa, Beta e Ômega foram instados a se manifestar sobre o conteúdo dos princípios fundamentais expressamente veiculados no Título I da Constituição da República de 1988. O grupo Alfa defendeu que a forma de Estado adotada foi mencionada no rol desses princípios. O grupo Beta observou que a forma de governo foi objeto de previsão específica. O grupo Ômega, por sua vez, defendeu que o sistema de governo foi expressamente contemplado.

Ao final da gincana, o júri observou, corretamente, em relação às afirmações dos grupos, que:

- a) somente as afirmações dos grupos Alfa e Ômega estavam corretas;
- b) somente as afirmações dos grupos Alfa e Beta estavam corretas;
- c) somente a afirmação do grupo Ômega estava correta;
- d) somente a afirmação do grupo Beta estava correta;
- e) as afirmações de todos os grupos estavam corretas.

9. (FGV – 2021) De acordo com o Art. 3º da Constituição Federal, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil incluem os a seguir listados, à exceção de um. Assinale-o.

- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) Garantir o desenvolvimento nacional.
- c) Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- d) Expandir o território por meio de tratados e alianças.
- e) Promover o bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer outras formas de discriminação.

10. (FGV – 2015) A respeito da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que ela é formada pela união:

- a) indissolúvel dos Estados e dos Municípios;
- b) indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- c) dissolúvel dos Estados, dos Municípios e dos Territórios;
- d) indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;
- e) dissolúvel dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)

11. (FGV – 2024) Em relação aos Direitos Fundamentais, analise as assertivas a seguir.

I. Na Constituição brasileira, as matrizes dos direitos fundamentais são vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

II. Direitos fundamentais constituem uma reserva mínima de justiça que as democracias devem assegurar a todos os seus cidadãos.

III. Quando ocorre uma colisão de direitos fundamentais, a solução do problema não poderá se dar mediante subsunção, sendo necessário o uso da técnica da ponderação.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

12. (FGV – 2024) Jonas foi preso em flagrante pela prática do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Ao ser conduzido à delegacia de polícia, foi qualificado e comunicado por um agente policial que, embora portasse sua carteira de identidade, deveria ser submetido à identificação dactiloscópica. O advogado de Jonas, por sua vez, afirmou que essa prática não seria correta.

À luz da sistemática constitucional, com abstração de qualquer regulamentação legal, é correto afirmar que:

- a) é vedada, em qualquer caso, a identificação de Jonas;
- b) é compulsória a identificação de qualquer preso, inclusive de Jonas;
- c) é obrigatória a identificação de Jonas, considerando as circunstâncias indicadas na narrativa;
- d) é vedada a identificação nas circunstâncias indicadas, ressalvadas as hipóteses previstas em lei;
- e) é imperativa a identificação de Jonas, sendo resguardado o seu direito de se negar a colaborar.

13. (FGV – 2024) O artigo 5º da Constituição Federal (CF) apresenta um rol de direitos e deveres individuais e coletivos. Sobre essa temática, assinale a opção correta.

- a) Os tratados de direitos humanos firmados pelo Estado Brasileiro devem seguir o rito de aprovação da lei ordinária para ser exigível no território nacional.
- b) Os direitos e garantias elencados no artigo 5º da CF são os únicos que podem ser exigidos pelos cidadãos brasileiros.
- c) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, ressalvados os casos de imprescindível obtenção de confissão da prática de um crime.
- d) A lei penal poderá retroagir, na hipótese em que for mais benéfica para o réu.
- e) A ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático constitui crime de menor potencial ofensivo, cabível a aplicação de fiança.

14. (FGV – 2023) A República Federativa do Brasil celebrou três tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. O primeiro deles foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros. O segundo foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros. O terceiro, por sua vez, foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto da maioria simples dos respectivos membros.

João, estudante de direito, constatou que os três tratados internacionais colidiam materialmente com o Art. X da Constituição da República, que dispõe sobre a organização de um colegiado do Poder Executivo, e com o Art. Y da Lei federal nº 123, que integrou a eficácia de um direito fundamental. A partir dessa constatação, questionou o seu professor a respeito dos efeitos da incorporação desses tratados à ordem interna.

O professor respondeu corretamente que, com a sua incorporação à ordem interna,

- apenas o primeiro e o segundo tratados revogaram o Art. X da Constituição da República e o Art. Y da Lei nº 123.
- os três tratados revogaram o Art. X da Constituição da República e não recepcionaram o Art. Y da Lei nº 123.
- apenas o primeiro tratado revogou o Art. X da Constituição da República, mas não recepcionou o Art. Y da Lei nº 123.
- nenhum dos três tratados pode ser aplicado na ordem interna, já que colidem com o Art. X da Constituição da República.
- os três tratados têm natureza infraconstitucional, mas supralegal, de modo que não afetaram a eficácia do Art. X da Constituição da República e revogaram o Art. Y da Lei nº 123.

15. (FGV – 2021) Em razão de situação de iminente perigo público, certa autoridade pública utilizou durante dois dias um terreno pertencente a João, o que não acarretou qualquer dano à propriedade, já que nada existia no local.

À luz da sistemática constitucional, a conduta da autoridade pública foi:

- ilícita, pois não foi antecedida de indenização;
- lícita, não sendo devida qualquer indenização;
- lícita, desde que João seja indenizado em até trinta dias;
- lícita, desde que João tenha expressamente concordado com o uso;
- ilícita, pois não foi antecedida de autorização legislativa e de indenização.

16. (FGV – 2021) Maria foi intimada de decisão proferida em processo administrativo, no qual fora condenada a pagar uma multa.

No formulário da notificação, encontrava-se impressa a informação de que a lei de regência exigia a realização de depósito prévio, em valor correspondente a 50% da multa aplicada, como requisito de admissibilidade do recurso administrativo que viesse a ser interposto.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a exigência de depósito prévio é

- constitucional, já que a garantia do juízo, mesmo no plano administrativo, está prevista na ordem constitucional.
- constitucional, desde que esteja em harmonia com a norma geral editada pela União a respeito da temática.
- inconstitucional, exclusivamente por não excepcionar a hipótese de Maria ser hipossuficiente.
- constitucional, pois os requisitos dos recursos administrativos devem ser definidos em lei.
- inconstitucional, pois compromete o exercício do direito de petição.

17. (FGV – 2019) João, renomado jornalista, recebeu de determinada fonte vídeo contendo imagens e áudio em que José, Prefeito Municipal, aparece recebendo propina para favorecer determinada sociedade empresária em certa licitação. Inconformado, José ingressa com medida judicial pleiteando a proibição de veiculação do vídeo pelo jornalista e a obrigação de fazer para ele indicar o nome da pessoa que lhe entregou o vídeo.

De acordo com o texto constitucional, o pleito de José:

- merece prosperar parcialmente, pois apesar de ser assegurado a todos o acesso à informação, o sigilo da fonte deve ser quebrado judicialmente quando o fato informado causar repercussão negativa na esfera jurídica de terceiro;
- merece prosperar parcialmente, pois apesar de ser assegurado a todos o acesso à informação, o sigilo da fonte deve ser quebrado judicialmente quando o fato informado envolver agente público no exercício da função;
- não merece prosperar, pois é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, sendo tal sigilo o instrumento de concretização da própria liberdade de informação;
- não merece prosperar, pois é assegurado a todos o acesso à informação e garantido o sigilo da fonte, sendo certo que a prova obtida ilicitamente pode servir de fundamento exclusivo para condenação criminal quando se tratar de defesa do patrimônio público;
- merece prosperar, pois é assegurado a todos o acesso à informação mediante a obtenção de provas por meios legais previstos no ordenamento jurídico, sendo vedado o sigilo da fonte e o anonimato por violação frontal ao devido processo legal.

18. (FGV – 2017) Ednaldo, brasileiro naturalizado, e Pedro, estrangeiro residente no País, travaram intenso debate a respeito de quem seria titular dos direitos fundamentais referidos no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil. Considerando a situação jurídica de Ednaldo e de Pedro, é correto afirmar, em relação aos referidos direitos fundamentais, que:

- somente Ednaldo, por ser brasileiro, é titular desses direitos;
- Ednaldo e Pedro, por determinação constitucional, são titulares desses direitos;
- Ednaldo e Pedro, por não serem brasileiros natos, não são titulares desses direitos;
- Pedro, ainda que se naturalize brasileiro, não poderá titularizar esses direitos de imediato;
- Ednaldo somente irá titularizá-los dez anos após a sua naturalização.

→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)

19. (FGV – 2022) Leia os trechos a seguir.

— Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa de transferência de renda.

— É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Os trechos exemplificam uma espécie de direitos fundamentais classificada como

- direitos sociais.
- direitos políticos.
- direitos individuais.
- direitos de nacionalidade.
- direitos relativos à existência de partidos políticos.

20. (FGV – 2021) Conforme disposto na Constituição Federal é direito dos trabalhadores urbanos e rurais o décimo terceiro salário, que será baseado

- na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- no valor suplementar do bônus de participação do lucro.
- na alíquota de encargos previdenciários do período vigente.